

LEI MUNICIPAL Nº 796/2022

Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PASSIRA, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, consoante disposições do art. 165, inciso III, da Constituição Federal e do art. 124, § 1º, inciso III, da Constituição do Estado de Pernambuco, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 31, de 27 de junho de 2008, no uso de suas atribuições legais, submete a Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção Única

Do Valor Global do Orçamento

Art. 1º - Esta Lei estima a receita do Município para o exercício financeiro de 2023 no montante de R\$ 141.600.000,00 (Cento e quarenta e um milhões seiscientos mil reais) e fixa a despesa em igual valor, nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal.

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados, da Administração Pública Direta e Indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

CAPÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de **R\$ 141.600.000,00**, assim distribuída:

I – Orçamento Fiscal dos Poderes do Município no valor de **R\$ 85.900.000,00**

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de **R\$ 55.700.000,00**

- a) R\$ 9.500.000,00 Receitas de Saúde;
- b) R\$ 1.320.000,00 Receitas da Assistência social;
- c) R\$ 18.000.000,00 Receitas Previdenciárias.

Art. 3º - A receita orçada será realizada mediante a arrecadação dos tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Anexo 01, que integra esta Lei, distribuída por categoria econômicas e origem, sendo:

ESPECIFICAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR
I – RECEITAS CORRENTES	140.000.000,00
a) Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	3.770.000,00
b) Receita de Contribuições	19.500.000,00
c) Receita Patrimonial	500.000,00
d) Transferências Correntes	115.430.000,00
e) Outras Receitas Correntes	800.000,00

III – RECEITAS DE CAPITAL	1.600.000,00
a) Alienação de Bens	100.000,00
b) Transferências de Capital	1.500.000,00
IV – TOTAL DAS RECEITAS (I+II+III+IV)	141.600.000,00

§ 1º - As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada, conforme especificações acima e estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, nos termos a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º - As fontes de recursos para financiamento das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade social estão indicadas conforme especificações nos anexos desta Lei.

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º - A Despesa é fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita estimada, discriminada por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 141.600.000,00.

I – Orçamento Fiscal no valor de R\$ 85.900.000,00

II – Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 55.700.000,00

a) R\$ 30.020.000,00 Despesas com Saúde;

b) R\$ 4.910.000,00 Despesas com Assistência Social;

c) R\$ 20.770.000,00 Despesas Previdenciárias.

IV – TOTAL DA DESPESA	141.600.000,00
-----------------------	----------------

CAPÍTULO III **DOS CRÉDITOS ADICIONAIS** **Seção Única**

Da Autorização para a Abertura de Créditos Suplementares

Art. 7º - Fica autorizada a abertura de créditos suplementares até o valor correspondente a 20% (vinte por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO IV **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** **Seção Única**

Das Disposições Gerais

Art. 8º - O Poder Executivo fica autorizado a efetuar, por meio de Decreto, alterações ou inclusões de elementos de despesas, inclusão e permutas de fontes de recursos, quando necessário para atender categoria de programação e categoria econômicas de despesas.

Art. 9º - O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira e o cronograma de desembolso nos termos do art. 8º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2023.

Gabinete do Prefeito, 09 de novembro de 2022.



SEVERINO SILVESTRE DE ALBUQUERQUE
Prefeito